

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE MEADOS DO SÉCULO XX EM DISCURSOS DE EDUCAÇÃO COMPARADA PUBLICADOS NO BRASIL

António Gomes Ferreira¹

Leziany Silveira Daniel²

RESUMO

O presente trabalho propõe-se simultaneamente contribuir para a compreensão das perspectivas sobre o caminho da educação e o sentido da Educação Comparada, tal como se vinha colocando no contexto brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960. Num contexto tão fortemente marcado pela ideologia da modernidade e pela teoria do capital humano, procurou-se pensar a educação a partir de premissas vindas dos países mais desenvolvidos e de análises sustentadas em dados estatísticos consistentes. No Brasil, estudos acerca do sistema de ensino brasileiro foram realizados a partir do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Particularmente, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada pelo INEP, a partir da década de 1940, mostrou constituir fonte interessante no fornecimento de subsídios para discussão sobre a Educação Comparada, porquanto nos coloca perante a publicação de determinados artigos e, portanto, na escolha de determinados autores e abordagens, bem como na verificação de discussões apresentadas no cenário educacional brasileiro e internacional. Dos textos analisados, percebemos que a indagação da compreensão da Educação Comparada permite não só a análise da presença de abordagens diferenciadas acerca do campo de estudos da Educação Comparada como a construção de um entendimento acerca das tendências e dos pressupostos na organização dos sistemas de ensino nacionais.

Palavras-chave: educação comparada, sistemas de ensino, perspectivas educativas

Parece que de novo se esboça alguma atenção sobre a Educação Comparada no âmbito da investigação educacional desenvolvida no contexto universitário brasileiro. Ao longo das últimas décadas,

¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra/ Portugal. Doutor. Email: antonio@fpce.uc.pt.

² Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Educação. E-mail: leziany@hotmail.com.

a Educação Comparada não pareceu interessar os académicos brasileiros, tornando-se um domínio supérfluo, no contexto do ensino superior, e pouco relevante no seio da investigação então produzida nas universidades do Brasil. Embora sem pretendermos avançar agora para qualquer análise que situe e explicita o problema da recepção e utilização da Educação Comparada no último quarto do século XX, parece-nos pertinente ter em consideração que a sua quase invisibilidade também passa pelo desinteresse pelo seu percurso histórico. Ora, o presente trabalho propõe-se simultaneamente contribuir para a compreensão das perspectivas sobre o caminho da educação e o sentido da Educação Comparada, tal como se vinha colocando no contexto brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960. Embora seja normal atribuir a origem da Educação Comparada a Marc-Antoine Jullien, que, em 1817, fez publicar uma pequena obra que enunciava o esboço do que devia ser um trabalho de investigação neste domínio, só no século seguinte, a Educação Comparada veio a merecer a atenção académica e o interesse político. Na realidade, muito do interesse pelo conhecimento dos sistemas educativos de outros países resultou da necessidade de se fundamentar as reformas educativas que se pretendiam realizar. Além disso, em face da crença nas enormes potencialidades da escola, que caracterizou os ambientes culturais e políticos ocidentais dos séculos XIX e XX, tendeu-se a buscar indicadores elucidativos duma supremacia civilizacional. Sendo conveniente dar a conhecer o caminho do progresso, os estudos comparados em educação indicariam a situação em que se encontrava um país e o sentido a seguir. A discussão sobre a função da Educação Comparada vai conhecer diversas perspectivas ao longo do século XX e conhecerá um momento interessante em meados da centúria, quando era preciso responder ao desafio do desenvolvimento económico como condição da afirmação da sociedade democrática.

A investida em torno da Educação Comparada, no período estudado, está, portanto, associado ao contexto decorrente do pós-guerra, marcado pelo crescimento do “interesse na assistência tecnológica e no investimento económico em educação nos países em desenvolvimento, principalmente sob a impulsão dos economistas” (MALET, 2004, p. 1309). Organismos internacionais, como a UNESCO, aparecem como instâncias interessadas na realização de investigações quantitativas

sistemáticas, de forma a auxiliar as reformas educacionais, nomeadamente, nos países em desenvolvimento, aqueles que mais estavam em condições de ampliar o espaço económico que devia sustentar as sociedades ocidentais. Assim, embora persistisse também uma preocupação de encontrar um sentido mais explicativo e abrangente para a Educação Comparada, sendo difícil escapar à ideologia da modernização, que pressupunha que o desenvolvimento tecnológico e económico requeria um adequado investimento em capital humano, a vertente pragmática em Educação Comparada emergiu e com ela a relevância dos estudos empírico-quantitativos ou de análises fundadas em dados relativos aos sistemas educativos.

Num contexto tão fortemente marcado pela ideologia da modernidade e pela teoria do capital humano, em muitos dos Estados, por iniciativa sua ou por efeito de influência ou contágio externo, procurou-se pensar a educação a partir de premissas vindas dos países mais desenvolvidos e de análises sustentadas em dados estatísticos consistentes. No Brasil, estudos acerca do sistema de ensino brasileiro foram realizados a partir do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Particularmente, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), publicada pelo INEP, a partir da década de 1940, mostrou constituir fonte interessante no fornecimento de subsídios para discussão sobre a Educação Comparada, porquanto nos coloca perante a publicação de determinados artigos e, portanto, na escolha de determinados autores e abordagens, bem como na verificação de discussões apresentadas no cenário educacional brasileiro e internacional. Dos textos analisados, percebemos que, de uma maneira geral, a indagação da compreensão da Educação Comparada permite não só a análise da presença de abordagens diferenciadas acerca do campo de estudos da Educação Comparada como a construção de um entendimento acerca das tendências e dos pressupostos na organização dos sistemas de ensino nacionais.

Neste trabalho não nos interessa propriamente a reflexão teórica sobre a Educação Comparada, embora não ela não esteja completamente ausente no modo como construímos a nossa análise. De qualquer modo, os textos analisados repartem-se em dois grupos: os de autores brasileiros que escreveram sobre o ensino de outros países e os de autores estrangeiros sobre sistemas

educativos igualmente estrangeiros. Tendo-se deixado de lado textos que remetessem para uma reflexão teórica sobre as abordagens da Educação Comparada e não pretendendo abarcar esse aspecto neste artigo, sublinhe-se, no entanto, que os autores estavam prevenidos sobre a particularidade dos diversos sistemas educativos e sobre a dificuldade e a inconveniência da transposição de um sistema educativo para outro país. Apesar disso, é evidente para os autores dos textos analisados, que as singularidades de cada sistema educativo estudado não inviabilizava a importância que podiam ter para as reformas a realizar nos sistemas educativos de outros países, defendendo, até, Kandel (1956) que as idéias e princípios educacionais, adotados ao longo da história ou característicos de determinados países, podiam ser modificados e fecundamente adaptados. Considerando o contexto daquela época de início da segunda metade do século XX, ele apontava como exemplo o ideal norte americano de "igualdade de oportunidades educacionais", que também era usado em outros países, transcendendo, desta forma, as fronteiras nacionais.

Em geral, os artigos, que selecionamos na RBEP indicam existir uma especial preocupação de pensar a educação em função do desenvolvimento econômico. Num artigo do início dos anos sessenta, Lauwerys sublinhava bem a importância duma abordagem pragmática da Educação Comparada vinculada ao processo de desenvolvimento econômico dos países. Independentemente do objeto específico tratado nos artigos estudados e da convicção ideológica de cada autor, o tom geral dos artigos que têm os sistemas educativos sob análise é o de os encarar numa perspectiva de se adequarem às sociedades que se organizavam em democracias parlamentares e se baseavam na economia de mercado. Em alguns textos perpassa mesmo uma discussão própria de tempo de "guerra-fria".

Os textos de autores estrangeiros sobre sistemas educativos estrangeiros são diversificados na sua redação e sobre as realidades que são abordadas. Vendo na globalidade, os textos publicados na década de 1950 parecem mais claramente ideológicos do que os da década seguinte, mais centrados na organização do sistema educativo e no desenvolvimento dos países. Mas isto pode não ter especial significado, porque pode estar mais dependente do circunstancialismo propiciado pelas relações dos autores com os responsáveis pela publicação em análise. Todavia, não parece de

todo fortuito a forte presença de trabalhos de autores americanos ou de algum modo ligados à sua influência. Uma coisa é certa, os textos refletem a conjuntura da sua produção, umas vezes, porque são consequência duma reforma, outras, porque estão relacionados com a iniciativa de alguma organização, outras, ainda, porque derivam de alguma interpelação polémica.

Num texto, em específico, de George S. Counts (professor da Universidade de Columbia), intitulado "A educação dos EU através do espelho soviético", publicado no ano 1953, sente-se a tensão entre mundos que se opõem e se querem impor. O artigo configurava-se como resposta ao artigo publicado na União Soviética intitulado "A Escola e a Pedagogia norte-americana a serviço da reação", escrito por N. K. Goncharov, em novembro de 1949, na revista *Sovietskaia Pedagogika*, órgão oficial da Academia de Ciências Pedagógicas. Counts reage mas sabe que pouco pode fazer para passar a sua mensagem para os países sob regime comunista. Ele próprio confessa que as retificações que faz "não serão conhecidas do outro lado da cortina de ferro".

Mesmo sem procurarmos fazer uma análise profunda do artigo, a sua leitura coloca em realce aspectos interessantes. O primeiro, põe-nos perante o espaço aberto pela revista brasileira para publicação de um artigo-resposta a uma publicação soviética sobre o sistema de ensino americano; o segundo, remete-nos para o fato deste artigo colocar em contraste a discussão em torno de dois sistemas de ensino situados em países com regimes políticos opostos, em plena guerra fria; o terceiro, tem a ver com o sublinhar do valor do regime democrático e o justificar do sistema de ensino norte-americano.

O mesmo autor publica outros artigos na RBEP e deles ressalta os aspectos positivos do sistema de ensino americano, colocando este como diretamente relacionado à constituição da sociedade norte-americana mas tendo como pressuposto que as escolas devem ser direcionadas para determinado fim, porque de contrário, poderiam servir a regimes totalitários. Para ele, foi exactamente isso que aconteceu no interior dos regimes autocráticos do século XX, já que "as escolas, em todos esses Estados totalitários, procuraram inculcar, no espírito dos jovens, cega e fanática lealdade à ditadura" (COUNTS, 1957a, p. 68). Da mesma forma que Kandel, Counts entende que "cada educação é, necessariamente, expressão muito íntima de uma civilização particular" (idem, p. 74).

Precisamente nesse mesmo ano, também Kandel vê publicado um outro artigo seu na RBEP. Analisando agora o sistema de ensino americano, em especial, o ensino secundário, recorre à História da Educação para mostrar como de um sistema dual de ensino se avançava, naquela altura histórica, para “a igualdade de oportunidades educacionais”, que, de algum modo, surgia como bandeira do modelo de desenvolvimento americano. Ele entende que esta situação se sustentava no quadro da evolução tecnológica e da articulação com condições político-sociais que marcavam a conjuntura dos Estados Unidos. A sua apreciação, no entanto, oscila entre um posicionamento analítico e uma reacção crítica à forma como via a institucionalização do princípio educacional em causa. É certo que para ele “foi como decorrência da combinação das influências sócio-políticas e do adiantamento técnico, que se tornou realidade a premência pela igualdade de oportunidades educacionais” (p. 52), mas daí ele não retirava necessariamente uma virtude que servisse para exaltar a democracia existente nos Estados Unidos e seu ideal educacional. Para Kandel, a “igualdade de oportunidades educacionais” e a forma de organização do sistema de ensino norte-americano dificultavam a preparação e a seleção dos melhores indivíduos, em especial, para as áreas tecnológicas e científicas. Ele previa que o caminho que se estava a tomar de uma educação única, levasse a um ensino generalista pouco consentâneo com a formação de especialistas que respondessem aos desafios científicos e tecnológicos da forma conveniente.

A crítica de Kandel estava, no entanto, em contraposição com a dinâmica da história. Alguns anos mais tarde, Lauwreys (1963b), analisando a reforma ocorrida em Inglaterra, no ano de 1944, mostra-se favorável a um ensino que contemplasse a igualdade de oportunidades. Ele defende a ideia de que o antigo “sistema educacional inglês não só refletia a estrutura de classes como ajudava a perpetuar a estratificação social” (1963a, p. 40) e considera que o novo sistema educacional era “tão igualitário e popular quanto em qualquer parte do mundo” (p. 45).

O sistema de ensino americano voltará a ser equacionado na revista publicada em 1959, agora numa transcrição de um Relatório do Rockefeller Brothers Foundation sobre as necessidades educacionais americanas. O importante do documento é que ele procura conciliar a liberdade individual, tão cara aos norte-americanos,

com o interesse geral definido pelo Estado. Da sua leitura também transparece a vontade de mudança em continuidade. Ele dava conta da necessidade do sistema de ensino americano adaptar-se continuamente à evolução da sociedade mas de modo a que não divergisse do caminho que havia permitido garantir a manutenção da ordem política. A determinado momento, o texto apresenta uma retórica em que se expõe, habilmente, como a própria liberdade do ensino deve ser contida, nos seguintes termos: “é interessante que seja permitida ampla possibilidade de escolha dos valores, porém compete-nos admitir a educação como um processo a ser ministrado com significado e objetivo; que todos possuam convicções bastante firmes; e que todo jovem americano se prepare para servir aos valores que o fortaleceram e tornaram possível a sua educação e sua liberdade como cidadão” (1959, p. 219). A mensagem não podia ser mais clara: a educação dos EU dava liberdade à escolha dos valores desde que eles não atentassem contra a liberdade tal como ela era vista no país.

Já em 1954, Wilson, um autor americano, apresenta o sistema educacional inglês como sendo distinto do dos EU, em consequência das “práticas inglesas” evoluírem “pragmaticamente” e as instituições inglesas tenderem “a adaptar-se, pouco a pouco, às novas necessidades” (p. 63). Wilson destaca, significativamente, o equilíbrio que há entre o controle que emana das autoridades superiores e a liberdade de cada escola, sublinhando que podia se falar em um só padrão educacional no país, de 5 a 15 anos de vida escolar. Com isto, e baseando a sua posição numa abordagem histórica, entende que “o sistema americano é muito mais histórico em sua evolução” do que se podia “inferir de uma exposição filosófica”, já que encerrava “em si muitos vestígios das ambições e atividades dos pioneiros, quando estabeleceram as escolas rurais para suas novas comunidades” e que, provavelmente, a Inglaterra seria “mais lógica do que parece e com certeza mais filosófica também” (p. 63), ou seja, estava mais organizada em função duma ordem nacional. Esta análise, contudo, assenta numa convicção que é controversa nos EU. Embora a articulação do sistema de ensino seja, por vezes, colocada como essencial para consolidar a organização do sistema sócio-econômico e político norte-americano, não tem sido fácil ultrapassar as divergências sobre o assunto. Num artigo, publicado no início da década de sessenta, na RBEP, Leys (1963) volta a apontar

a necessidade de se introduzir maior equilíbrio entre os interesses regionais e universais, pois para ele "o planeamento de âmbito nacional que não recebe participação local é inútil; o planeamento que não conta com certa supervisão nacional é fútil" (p. 43). Esta será uma discussão que perdurará mas que não prejudicará a imagem da educação norte-americana, até, por esta estar caucionada pelo nível de desenvolvimento dos EU.

Na verdade, é interessante ver como muitos destes textos se apresentam tão convictos do ideal de vida norte-americano. Certamente havia motivos para esta convicção existir mas ela também transparece uma vontade de organizar consciências e, desse modo, harmonizar o pensamento e a política ocidental. Isso estava em consonância com a dinâmica política dos EU e acabava por se traduzir em iniciativas várias de organizações internacionais que agiam com apoio directo ou indirecto dos norte-americanos. No caso da RBEP, podemos pressentir esta ligação pelo fato de vermos que a par dos textos referentes aos principais países ocidentais, com ênfase para os EU, os autores estrangeiros também aparecem com análises sobre o ensino no espaço latino-americano. Os textos sobre esta realidade, não raras vezes, traduzem o conteúdo da publicação de documentos originários de congressos realizados pelos principais organismos internacionais, entre eles a UNESCO e a CEPAL. O teor destes prende-se a diagnósticos acerca dos sistemas de ensino dos países deste espaço americano, e a indicações sobre os encaminhamentos necessários para superação de determinados índices educacionais. Na década de 1960, em especial, os textos apontam para a conveniência de se fazerem esforços em torno da universalização da educação primária e da expansão do ensino secundário e superior na região. Estamos perante estudos que se pretendem fundamentados em dados rigorosos e em quadros explicativos, numa tentativa de credibilizar as propostas em função dum aparato de natureza tecnocrática. A ideia explicitada é a de que através duma atuação planejada a partir de tais estudos se possa fazer com que a educação propicie o desenvolvimento económico das nações, em especial, as consideradas em desenvolvimento. Por vezes, a prosa era bem clara e pragmática quanto ao firme propósito económico destas propostas. Num dos textos, por exemplo, pode ler-se: "à proporção que os frutos do ensino se incorporam à vida social e económica da América Latina, em quantidade crescente e com capacidade cada vez maior, demonstra-se confiantemente que o

capital aplicado em educação constitui na verdade capital reprodutivo” (UNESCO, 1962, p. 85).

Na RBEP, não faltam artigos de autores brasileiros do âmbito da Educação Comparada. Em geral, podemos dizer que o seu interesse pelos outros sistemas educativos deriva da sua preocupação com o rumo do ensino no Brasil. Nesse sentido, os textos debruçam-se sobre os sistemas educativos de países desenvolvidos, tendo como referência base as reformas dos últimos anos, e os sistemas de ensino latino-americanos, tomando como informação importante as discussões realizadas pelos principais organismos internacionais, que auxiliavam as políticas educativas da região.

Curiosamente, os artigos sobre os sistemas educativos de países desenvolvidos incidem especialmente sobre o francês e o inglês. Estes pareciam constituir, pelo menos à partida, os exemplos que se deviam ter em consideração para delinear um caminho mais promissor para o ensino brasileiro. Seja como for, não há dúvida que serviram de fundamento a conclusões de estudos realizados por personalidades influentes e que, por isso, terão sido alvo de atenção em ocasiões que se punha em discussão a educação no Brasil e, em especial, quando se pensava reformar o ensino no país. Um dos textos mais claros quanto a este interesse por buscar naqueles países europeus o conhecimento da dinâmica do seu ensino é “O Relatório do professor Gildásio Amado sobre as reformas da educação na França e na Inglaterra”, de 1955, apresentado ao então Ministro da Educação e Cultura brasileiro, após visita do técnico a estes dois países. No caso da França, Amado (1955) escreve um pouco sobre o movimento reformador da educação, que pensado ainda antes da Segunda Guerra Mundial veio a influenciar o plano Langevin-Wallon, de 1949, que não se concretizou. Mesmo assim, Amado (1955) indica alguns aspectos importantes deste projeto como a obrigatoriedade do ensino até os 18 anos, a educação baseada no conhecimento da psicologia da criança, a divisão do ensino em dois ciclos, a supressão da barreira na passagem do 1º para o 2º grau, o ciclo de orientação de 11 a 15 anos, entre outros. Por fim, o autor fala das reais mudanças propostas naquele momento para o sistema de ensino francês, em especial para o ensino técnico e secundário, assim como a renovação pedagógica proposta a partir das “classes nouvelles”, criadas em 1945, baseada em classes com menor número de alunos, melhores condições de trabalho dos professores,

instituição de uma hora, semanal, de conselho de classes, extensão do campo cultural a todos os alunos.

Já no caso da Inglaterra, Amado dá particular atenção à aplicação do "Education Act", de 1944, relevando aspectos inovadores, tais como maior inteligência entre ensino primário e o secundário, diferentes tipos de escola secundária, flexibilidade na passagem de alunos de um tipo de escola secundária para outra e elevação da escolaridade obrigatória para 15 anos. Incidindo, sobretudo, sobre o ensino secundário, o professor brasileiro sublinha que se encontram as mesmas linhas da reforma preparada na França na referida lei inglesa, designadamente com identificação de vários tipos de ensino secundário e destruição de preconceitos entre ensino técnico ou prático e humanístico.

Mas, como já sublinhamos, o interesse desta análise de Amado (1955) tem um sentido pragmático e isso é bem nítido no final, quando tece algumas conclusões, indicando mudanças a serem realizadas no sistema de ensino brasileiro, a partir das observações realizadas. Para ele a educação secundária não podia ser privilégio de determinadas classes, pelo que se devia aumentar o número de anos da obrigatoriedade escolar; a educação devia se basear nos princípios da psicologia e atender a aptidões individuais; o ensino secundário devia ser dividido em muitas modalidades, possuir uma preocupação com a orientação vocacional dar maior possibilidade de equivalência entre ensino secundário técnico, comercial e industrial e ver aumentado o número de vagas e de escolas. No seu entender, era também necessário inovar pedagogicamente, promovendo uma educação integral, abrindo espaço a trabalhos extracurriculares, dar maior formação cívica, fomentar a educação pelo interesse e valorizar a cultura geral nos ensinos moderno e técnico. Muito do que recomendava este professor seguia o que ele presenciou nos referidos países europeus mas não seria fácil de concretizar naquele momento, tanto mais porque não existiriam recursos humanos devidamente preparados para isso. Provavelmente, essa seria uma das razões que o levavam a sugerir a organização de uma inspeção oficial mais técnica e pedagógica. Ele sabia que nem mesmo nos países visitados tudo tinha corrido de acordo com o pensado. Com uma inspeção mais sábia pedagogicamente havia maior possibilidade de se avançar numa efetiva modernização do sistema educativo brasileiro.

Com um propósito semelhante ao de Gildásio Amado, aparecia na RBEP, poucos anos depois, um artigo de João Roberto Moreira (1959), que também se debruçava sobre o sistema de ensino francês. A visita à França tinha-lhe proporcionado tomar contacto com a organização escolar desse país e isso possibilitou-lhe ver que a mudança se fazia sobre uma prática pedagógica legada pelo passado. Na sua perspectiva, a reforma proposta visava dar continuidade aos métodos e processos já existentes, ainda que alargando o âmbito da educação e admitindo uma ou outra inovação, reformando o sistema de organização do ensino para melhor seleção das elites intelectuais e técnicas e maior garantia da laicidade do ensino. Segundo ele, a principal mudança proposta era a criação de cursos de orientação, como forma de criar um elo de continuidade entre a escolaridade primária e a secundária, possibilitando que as elites não resultassem apenas das classes mais favorecidas.

Roberto Moreira, aborda ainda outros aspectos como, por exemplo, a forma como eram formados os professores na França, mas o que aqui nos interessa mais é destacar como estes estudos tinham em vista produzir efeito na organização do sistema educativo do Brasil. As reformas realizadas nos países desenvolvidos, com o objetivo principal de fazer com que seu sistema de ensino se adequasse às novas exigências econômicas e sociais eram tomadas como base para pensar as reformas a serem realizadas no Brasil. Podemos considerar que estas análises dos sistemas de ensino reforçam, mais uma vez, a presença de uma abordagem de educação comparada mais positivista e pragmática, procurando tecer reflexões e orientar decisões de política educacional (FERREIRA, 1998). Levando em consideração o conteúdo da Revista em análise, podemos dizer que os artigos referidos anteriormente tiveram um epílogo consubstanciado na publicação, em 1959, de um projeto de lei do Ministro da Educação do Brasil, sobre o prolongamento da escolaridade obrigatória e de dois decretos sobre a reforma do ensino e reorganização do bacharelado, influenciados pela reforma do ensino na França.

Mas, como referimos já, também na RBEP são publicados artigos de autores brasileiros, que se debruçam sobre o ensino nos países latino-americanos e que têm fundamentalmente a ver com a adequação da oferta educativa ao desenvolvimento económico, com o cumprimento da escolaridade obrigatória e com

o problema do financiamento dos sistemas educativos da região. Utilizando-se de dados estatísticos, os autores procuram mostrar as deficiências e desafios educacionais dos países em causa para tentar dar conta das exigências advindas de uma economia em crescimento. O educador brasileiro Renault (1961), em proposta apresentada à Assembleia Geral da UNESCO, realizada em Paris, no final de 1960, discutia o financiamento da educação primária na América Latina. Entendia ele que na América Latina, “o processo de industrialização não tem sido acompanhado, até hoje, por um esforço paralelo no sentido da criação de uma base sólida ou de uma infra-estrutura educacional e, por intermédio dela, de fortes elementos de execução, sem os quais tudo quanto se empreenda acima do ensino elementar será mais ou menos inútil” (p. 68). Naquele momento, o autor destacava que 54% da população latino americana pertencia ao grupo etário de menos de 20 anos, o que mostrava a necessidade de oferecimento de escolas para melhor qualificar o trabalhador. Para ele seria necessário construir 600 mil salas de aula e preparar mais 600 mil professores. Mas ele também sabia que não era fácil superar este desfasamento e suportar os custos de um esforço à medida das necessidades. Destacava ele, contudo, que “não se pede um dólar mais à UNESCO, mas pede-se à UNESCO não se esqueça de que, se enfrentamos dificuldades quase intransponíveis, quando a população da América Latina é de 200 milhões mais ou menos, em que situação estaremos quando essa população fôr de 300 milhões mais ou menos?” (p. 69). Assim sendo, ele propõe que se apoie mais o investimento em educação, nomeadamente, que se avance com a criação de um fundo internacional de empréstimo, que se dê prioridade a empréstimos aos países em processo de desenvolvimento e que se criem órgãos financiadores regionais.

Tratando do caso específico do Brasil, Abreu, em 1962, indica a necessidade de se quadruplicar o dispêndio em educação, para se poder estender a escolaridade a toda a população, até, pelos menos, ao início da década de setenta, de acordo com indicações de uma conferência promovida pela UNESCO, em Santiago, no Chile, sobre o ensino primário e médio. Neste artigo, o autor propõe-se a realizar um balanço crítico acerca da tomada de consciência do problema educacional latino-americano, nos níveis elementar e médio e suas implicações sócio-econômicas.

Na conferência destacou-se a necessidade de extensão do ensino elementar, bem como a maior qualidade dos recursos orçamentários públicos. Segundo o autor:

Ratificando recomendações anteriores de reuniões interamericanas, como as de Lima, em 1956, Washington, em 1958, Punta del Este, em 1961, foi pacífica a formulação do preceito de escolarização universal, em nível elementar, de toda a população escolar, urbana e rural, a ser atingida pela América Latina até 1970; foi igualmente recomendado que essa escolarização primária fosse ministrada durante seis anos letivos de duzentos dias cada um e com um mínimo de cinco horas por jornada (p. 34).

Ele entendia, contudo, que neste entendimento de fomento da escolarização havia predominado uma perspectiva político-cultural de direito humano universal sem considerar devidamente as implicações sócio-econômicas futuras, como a da aceleração da migração rural-urbana e a crescente necessidade de habitação, entre outras. Por isso, ele considerava a "necessidade de integrar um programa de escolarização primária universal, de seis anos, num amplo programa nacional de desenvolvimento econômico e social", sem o qual fracassaria, "por insustentável e inabsorvível por economias débeis, pré-industriais, de subdesenvolvimento" (ABREU, 1962, p. 36, *grifos do autor*). Olhando em especial para o caso brasileiro, Abreu escrevia: "à luz de uma visão abrangedora, integrada desse processo social global, não atinamos, em verdade, com outra solução para o cumprimento pelo Brasil do programa de escolarização primária universal, de seis anos, até 1970, fora de um processo de reforma estrutural da economia brasileira" (p. 39). Segundo dados do ensino brasileiro de 1959, de uma população escolar de 7 a 14 anos (14 milhões e 200 mil alunos) frequentavam a escola primária pouco mais de 50% (cerca de 7 milhões e 500 mil). Todavia, a América latina não estava toda na mesma situação. Se tal como o Brasil, a Colômbia e outros países não possuíam escola primária de 6 anos, a Argentina já contava com uma escola primária de 7 anos.

De qualquer modo, como quase sempre, o que mais acabava por se entender como viável para atender ao déficit educacional no espaço latino-americano, em face dos constrangimentos existentes,

era recomendar um maior esforço dos países, com dispêndio em educação não inferior a 4% do PIB, até 1970, e apelar para a cooperação internacional. Para tanto, segundo o autor, "só se nos afigura exequível atingir a meta visada, se emprendermos reforma estrutural de nossa economia, com profunda alteração nas distorções e na infraprodutividade de sua capacidade ociosa, com transformações radicais nos critérios vigentes na distributividade social da renda real e da renda *per capita* do país" (p. 38).

Já com relação ao ensino médio, Abreu destaca que o Brasil estava entre os países latino-americanos de matrícula mais baixa, estando abaixo, nomeadamente, da Argentina e do Uruguai. Recomendava, entre outras coisas, que se fizesse estudos sistemáticos da qualificação, a partir das exigências do mercado de trabalho, bem como levantamento das disponibilidades e carências da força de trabalho. Para ele "este setor de ensino, possivelmente por apresentar conexão mais direta com a produtividade, foi tratado, a nosso entendimento, com uma visão bem mais inspirada no conceito de educação como forma de investimento em homens, sem detrimento, todavia, da consideração cabível ao seu aspecto de bem cultural em si mesma" (p. 42). Nesta perspectiva, a comparação na análise do ensino latino-americano busca prioritariamente perceber as deficiências, mediante o recurso a estatísticas e à descrição organizacional e definir formas de investimento e de políticas necessárias à superação da situação. Estamos num momento em que a Educação Comparada tem um caráter de "pesquisa aplicada" e com isso espera-se que ela suporte recomendações ajustadas às condições económicas e que sirva para dar consistência técnica às reformas do sistema educativo.

Os textos por nós analisados mostram que a Educação Comparada tinha espaço na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e que por eles passavam as tendências mais influentes que marcavam o pensamento sobre a organização dos sistemas educativos nos países ocidentais. É verdade que o número de textos de autores brasileiros que se debruçam especificamente sobre os sistemas educativos estrangeiros pode ser interpretado como pouca projeção da Educação Comparada no Brasil. Eles são, obviamente, pouco significativos em número e recaem sobre um pequeníssimo número de países mas, por outro lado, incidem sobre países desenvolvidos, ou seja, sobre aqueles que parecem orientar as reformas no ensino brasileiro, nas primeiras

décadas da segunda metade do século XX. Isso traduz, a nosso ver, não só o alinhamento por uma Educação Comparada pragmática como uma evidente aceitação do modelo político-económico a considerar nas reformas educativas. De qualquer modo, são bem mais demonstrativos do reconhecimento da Educação Comparada os trabalhos sobre os sistemas educativos estrangeiros redigidos por autores não brasileiros, vários deles remetendo para os EU, o que não constitui propriamente uma surpresa, quer pela capacidade de influência da política daquele país norte-americano, quer pela inclinação de alguns académicos brasileiros pela organização do ensino nesse país.

Os textos analisados parecem revelar que o interesse pela Educação Comparada estava associado a preocupações que se relacionavam com as reformas dos sistemas educativos e com a articulação da educação com o desenvolvimento económico. Olhando um pouco mais em detalhe, surge muito o problema da expansão da escolaridade obrigatória e da necessidade de se repensar a organização do ensino secundário, tanto no sentido de ele poder contemplar um alargamento do público escolar quanto o de ele poder responder melhor ao desenvolvimento económico e técnico que se sentia como bastante evidente naquele período. Imbricado com tais aspectos estava a causa da igualdade de oportunidades, grande bandeira das reformas educacionais neste início da segunda metade do século XX, mas que seria controversa, pois alguns consideravam que a sua institucionalização prejudicava a formação de uma elite de especialistas necessária ao desenvolvimento económico, tão enfatizado na época em causa. A igualdade de oportunidades também aparecia prejudicada pela incapacidade dos países em desenvolvimento em investir na educação da sua juventude. Em geral, havia a ideia de que não era conveniente promover uma educação que colocasse toda a gente em condições de prosseguir os estudos, por que isso não seria sustentável. Daí que alguns autores acentuassem a necessidade de se fazer reformas nos sistemas educativos que levassem em consideração os ditames do desenvolvimento económico dos diferentes países, o que devia ser feito através de um cuidadoso planeamento, tanto para evitar despesas inoportáveis ao erário do Estado como para evitar obtenção de habilitações académicas que o mercado não podia sustentar. Embora envolvida numa retórica pedagógica altruísta e generosa, a escolarização estava sujeita

a uma racionalidade política que a fazia depender dos interesses duma economia instalada. Mesmo que se invocasse o direito de todos à escola, vários são os textos que nos colocam diante duma incapacidade política face à concretização do ideal da igualdade de oportunidades. Todavia, a tendência foi para que cada vez mais se desse oportunidade de mais jovens permanecerem no sistema escolar e isso já estava bem patente nas narrativas de alguns dos artigos analisados.

ABSTRACT

This work has the purpose of contributing to understand the ways of education perspectives and, at the same time, to understand the sense of compared education, as it was established in the Brazilian context during the 1950's and 1960's. At that time modernity ideology and human capital theory were very strong concepts and education was guided by premises from developed countries and consistent statistics data. In Brazil, studies about Brazilian education system were carried out by National Institute of Pedagogical Studies (INPE) and by Brazilian Centre of Educational Research. Particularly, Brazilian Magazine of Pedagogical Studies, published by INEP, published from 1940's, was an interesting source of discussion about compared education, because of the publishing of specific articles and therefore the choice of some researchers and their different approaches, as well as in verifying the international and Brazilian scenario educational discussions. The analyzed articles presented a research about compared education from different approaches in the field of compared education studies as much as the building of a comprehension about tendencies and presupposes of national education systems organization.

Keywords: compared education, education systems, educational perspectives

RESUMEN

El presente trabajo se propone simultáneamente a contribuir para la comprensión de las perspectivas sobre el camino de la educación y el sentido de la Educación Comparada, tal como se vino aconteciendo en

el contexto brasileño, en las décadas de 1950 y 1960. En un contexto tan fuertemente marcado por la ideología de la modernidad y por la teoría del capital humano, procura-se pensar la educación a partir de las premisas vinas de los países más desarrollados y de análisis sustentadas en los datos estadísticos consistentes. En el Brasil, estudios acerca del sistema de ensino brasileño fueron realizados a partir del Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos y del Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Particularmente, la *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada pelo INEP, mostrou constituir fuente interesante en el fornecimiento de subsidios para la discusión sobre la educación comparada, por tanto colocándonos adelante de la publicación de determinados artículos y, en suma, en la elección de determinados autores y abordajes, así como en la verificación de las discusiones presentadas en el escenario educacional brasileño e internacional. De los textos analizados, percibimos que la indagación de la comprensión de la Educación Comparada permite no lo so análisis de la presencia de abordajes distintas acerca del campo de estudios de la Educación Comparada como la construcción de un entendimiento acerca de las tendencias y de los presupuestos en la organización de los sistemas de ensino nacionales.

Palabras claves: educación comparada, sistemas de ensino, perspectivas educativas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jayme. O ensino primário e médio na Conferência de Santiago. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXVIII, n. 87, jul./set 1962.

_____. Educação e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XL, n. 91, jul./set 1963.

ABGAR, Renault. Financiamento do ensino primário na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXV, n. 81, jan./mar 1961.

ALMEIDA JÚNIOR, A. Repetência ou promoção automática. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXVII, n. 65, jan./mar. 1957.

Considerações sobre a educação ... - António Ferreira e Leziany Daniel

A REFORMA DO ENSINO NA FRANÇA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXII, n. 75, jul./set 1959.

AMADO, Gildásio. Relatório do professor Gildásio Amado sobre as reformas da educação na França e na Inglaterra. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXIV, n. 60, out./dez 1955.

ANDRADE, Primo Nunes de. A educação na era do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXX, n. 71, jul./set. 1958.

BEREDAY, George. *El método comparativo en Pedagogía*. Barcelona: Editorial Herder, 1968.

CAMPOS, Paulo de Almeida. A escola elementar brasileira e o seu magistério. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXVI, n. 64, out./dez. 1956.

COUNTS, George S. A educação dos EU através do espelho soviético. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 50, abr./jun. 1953.

_____. Educação para uma sociedade de homens livres na era tecnológica (Iª Parte). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXVIII, n. 67, jul./set. 1957a.

_____. Educação para uma sociedade de homens livres na era tecnológica (IIª Parte). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXVIII, n. 68, out./dez. 1957b.

FERREIRA, António Gomes. Percurso da Educação Comparada: Evolução e construção de identidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, n. 1, p. 123-155, 1999.

_____. O sentido da educação comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, mai./ago. 2008.

KANDEL, I. L. O estudo da educação comparada. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXV, n. 62, abr./jun. 1956.

_____. A igualdade de oportunidades e seus problemas *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXVIII, n. 68, out./dez. 1957.

LAUWERYS, J. A. A revolução do ensino secundário na Grã-Bretanha. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXIX, n. 89, jan./mar. 1963 (a).

_____. Pesquisa educacional no Reino Unido. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXIX, n. 90, abr./jun. 1963 (b).

Considerações sobre a educação ... - António Ferreira e Leziany Daniel

LEYS, Wayne A. R. Unidade e diversidade dos sistemas de ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XL, n. 91, jul./set. 1963.

LOURENÇO FILHO, M. B. Educação para o desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXV, n. 81, jan./mar. 1961.

MALET, Régis. Do Estado-Nação ao espaço-mundo: as condições históricas da renovação da educação comparada. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 25, n. 89, p. 1301-1332, set./dez 2004.

MOREIRA, João Roberto. Aspectos do ensino na França. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXIX, n. 69, jan./mar. 1958.

RELATÓRIO DO ROCKFELLER BROTHERS FOUNDATION SOBRE AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS NOS EEUU. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXI, n. 74, abr./jun. 1959.

RENAULT, Abgar. A crise do ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 50, abr./jun. 1953.

TEIXEIRA, Anísio. Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultural. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXII, n. 55, jul./set. 1954.

_____. Bases para a programação da educação primária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXVII, n. 65, jan./mar. 1959.

UNESCO. Base para avaliação das metas educacionais na América Latina e recursos necessários. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXVIII, n. 87, jul./set. 1962.

WILSON, H. Martin. Avaliação, promoção e seriação nas escolas estrangeiras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXII, n. 55, jul./set. 1954.

Recebido em 5/11/2008

Aceito em 15/12/2008